



ELEIÇÕES GERAIS 2019

BOLETIM SOBRE O PROCESSO POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE

Editor: Joseph Hanlon | **Director:** Edson Cortez | **Chefe de redação:** Borges Nhimire
Repórteres: Aldemiro Bande, Magda Mendonça, Sheila Nhancale, Graciano Claudio, João Machassel

Número 89 - 01 de Novembro de 2019

Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.

eleicoes@cipeleicoes.org <https://cipeleicoes.org/>

Para subscrever a edição em português <http://eepurl.com/gnZXPz> e a versão em inglês tinyurl.com/sub-moz

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.

Membros do ND detidos em Gaza e o partido fala de “presos políticos”

Pelo menos 17 delegados de candidatura e um mandatário distrital da Nova Democracia (ND) encontram-se detidos desde 15 de Outubro e o Tribunal Judicial do distrito de Chókwè, Gaza, rejeitou nesta segunda-feira (27 de Outubro) o recurso submetido pela ND para libertá-los. Os delegados foram detidos pela Polícia sob orientação do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE) alegadamente porque as credenciais que possuíam eram falsas.

A ND diz que a detenção dos seus membros foi injusta e teve motivações políticas. “Esta é uma prisão política e não por causa do porte de credenciais falsas, porque foi o STAE quem as emitiu”, disse Quitéria Guirengane, mandatária nacional do partido. “E, se por alguma razão as credencias forem falsas, só pode ter sido uma armadilha do próprio STAE para não fiscalizarmos o processo”, acrescentou Guirengane.

Acima de 200 delegados de candidatura do ND devidamente credenciados foram expulsos pela polícia e pelo director do STAE das mesas de voto onde estavam afectos no dia de votação alegadamente por possuírem credenciais falsas.

O STAE emitiu 282 credenciais para os delegados de candidatura do ND no dia 11 de Outubro. “O processo de credenciação em Gaza foi tão difícil que tivemos de solicitar a CNE em Maputo para resolver o assunto”, disse a mandatária nacional do partido. “Só conseguimos levantar as credenciais um dia antes da votação e, estranhamente, o STAE vem dizer que as credenciais eram falsas”, acrescentou.

Rejeitado recurso da Renamo pelo Conselho Constitucional

A Renamo entende que obteve 6283 votos no distrito de Manhica e não 3892 conforme consta do edital de apuramento distrital, mas o recurso submetido ao Conselho Constitucional (CC) foi

reprovado pelo órgão alegadamente por falta de provas, segundo diz o acórdão nº 13/CC/2019.

A Renamo exigia que o CC anulasse a decisão tomada pelo Tribunal Judicial Distrital da Manhica, de não atender o protesto contra a suposta adulteração dos resultados no edital de apuramento distrital.

O CC alega que rejeitou o recurso da Renamo porque o partido não apresentou provas suficientes. “a Renamo, ao introduzir na primeira instância a sua petição de recurso, não fez acompanhar esta dos elementos de prova, testemunhas se as houvesse, cópia do edital e de outros elementos que fizessem fé em juízo, indicando-se o código da mesa de votação em que a irregularidade tivesse ocorrido”, lê-se no acórdão nº 13/CC/2019, de 30 de Outubro.

Outros dois recursos foram igualmente apreciados pelo CC, tendo sido um interposto pelo director do STAE distrital de Moatize, Júlio Baulene, e outro pelo MDM. Baulene recorreu da decisão do Tribunal Judicial Distrital de Moatize por este ter decidido a favor de um recurso interposto pela Renamo numa sessão em que o mesmo foi ouvido sem a presença de um advogado.

O MDM recorreu da decisão do Tribunal Judicial Distrital da Matola de não anular os resultados distritais das eleições alegadamente por haver divergência entre o número total de votos nas três eleições. O CC devolveu o caso ao Tribunal Judicial Distrital da Matola.

Sociedade civil protesta: “manipulação flagrante das eleições” pela Frelimo

As eleições de 15 de Outubro são as mais fraudulentas já realizadas em Moçambique disse um grupo de observadores eleitorais, que chama atenção para "manipulação flagrante das eleições" pela Frelimo. “Para justiça e neutralidade das eleições é preciso repensar-se no sistema eleitoral em que o partido no poder nomeia agentes eleitorais-chave, que podem violar a lei com impunidade e protegidos pela intimidação promovida pelo partido e pela polícia”, refere o grupo de observadores em [declaração](#) sobre as eleições, publicada no dia 29 de Outubro.

“Vivemos um cenário caracterizado por uma forma pouco respeitosa de chamar as nossas eleições, onde os eleitores são chamados simplesmente para legitimar a fraude”, acrescenta o grupo de observadores.

Os observadores declararam que a constituição de uma nova Comissão Nacional de Eleições (CNE), em Abril do próximo ano, deve ser o ponto de partida para a mudança e prometem promover uma campanha a favor da criação de uma CNE independente.

Nos termos da declaração dos observadores, nestas eleições a observação continuou a legitimar processos eleitorais viciados e caracterizados por ilícitos eleitorais que desvirtuam o resultado final das eleições, como se essas práticas fossem aceites e comuns nos processos eleitorais dos seus países.

Assim, o grupo de observadores exige, face a este cenário de violação da lei, que os tribunais e o Conselho Constitucional, que têm a nobre missão de garantir a aplicação da lei e do respeito pela Constituição da República, façam julgamento justo e transparente do processo eleitoral, julgando o mérito das questões e não apenas as formalidades, como fizeram no passado.

Integram o grupo de observadores o Centro de Integridade Pública (CIP), o Centro Desenvolvimento da Democracia (CDD), o Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), o Fórum Nacional das Rádios Comunitárias (FORCOM), o Observatório do Meio Rural (OMR), o Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC), a WLSA Moçambique e VOTAR Moçambique.



Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.
eleicoes@cipeleicoes.org <https://cipeleicoes.org/>

COBERTURA DETALHADA DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2019 a ser mais uma vez feita pelo Boletim sobre o Processo Político em Moçambique, que tem vindo a cobrir todas as eleições multipartidárias em Moçambique desde 1994. Mais uma vez, teremos uma equipa de repórteres posicionados em todo o país, reportando os factos com acurácia e veracidade. O Boletim tem periodicidade mensal durante a preparação das eleições e será mais frequente e de base diária durante as eleições.

Para subscrever o boletim eleitoral em português <http://eepurl.com/gnZXPz> e a edição em Inglês tinyurl.com/sub-moz.

As primeiras edições estão disponíveis em <https://cipeleicoes.org>

Boletins sobre as eleições autárquicas do ano passado estão em <http://bit.ly/EIAutar2018>

As edições do Boletim sobre eleições municipais de 2013 e eleições gerais de 2014 estão disponíveis em <http://bit.ly/2H066Kg>.

Existem dois arquivos detalhados de resultados eleitorais, um do London School of Economics em <http://bit.ly/MozEIData> e outro do IESE em <http://www.iese.ac.mz/eleicoes-results>

